

Telefônica

vivo

PDF
INTERATIVO
Clique nos links
para aprofundar
o conteúdo

Escolas Rurais Conectadas

Coleção: Classes Multisseriadas em Escolas do Campo

Entendendo suas origens_

Fundação Telefônica



Por Marlo dos Reis

Coleção: Classes Multisseriadas em Escolas do Campo

Entendendo suas origens

1ª Edição

Idealização:

Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

Realização



São Paulo
Fundação Victor Civita
2015

Idealização:
Fundação Telefônica Vivo

Diretora Presidente:
Gabriella Bighetti

Educação e Aprendizagem:
Milada Tonarelli Gonçalves
Fernanda Viana Gobbo Jaber
Fu Kei Lin
Nayara Magri Romero
Renata Mandelbaum Altman
Weronica Gorska Miranda

Comunicação:
Luanda de Lima Sabença
Anna Paula Pereira Nogueira

Realização:
Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP)

Diretora Executiva e Presidente:
Cybele Amado

Secretária Executiva e Vice-Presidente:
Claudia Vieira

Diretora Pedagógica:
Giovana Cristina Zen

Coordenação Administrativa:
Ludmila Meira

Comunicação:
Ananda Azevedo

Publicação:
Fundação Victor Civita

Diretora Executiva:
Angela Cristina Dannemann

Coordenadora Pedagógica:
Regina Scarpa

Marketing:
Caroline Venturelli Rêgo
Juliana Coqueiro Costa

Projetos:
Mauro Morellato
João Augusto Gomes da Silva

Prefácio

A Fundação Telefônica Vivo é parte do Grupo Telefônica e atua como uma Fundação Digital, fazendo da tecnologia e da inovação importantes aliados na busca por novas respostas para os desafios do mundo contemporâneo.

Acreditamos no poder transformador da educação e apostamos em projetos que estimulem o uso de metodologias inovadoras de ensino e aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento de crianças e jovens e preparando-os para o mundo conectado. Um exemplo dessa atuação é o **Programa Escolas Rurais Conectadas**, cujo objetivo é impulsionar processos educacionais inovadores nas escolas do campo, disponibilizando, além da infraestrutura tecnológica, formação docente, metodologias e conteúdos diferenciados e implementando laboratórios de experimentação digital em alguns territórios.

Em contextos rurais, as classes multisseriadas são uma realidade enfrentada pelos educadores. Essas classes, com estudantes de diferentes idades e séries, têm sido uma importante solução para atender aos estudantes do campo que, organizados de forma heterogênea, podem trocar experiências e aprender com colegas de outras idades. Para o educador, atuar em uma classe multisseriada é uma oportunidade de exercitar, todos os dias, seu papel de mediador, orientador e organizador de experiências, contribuindo para a aprendizagem de seus estudantes, e de vivenciar uma prática motivadora e alinhada à educação do século XXI.

Nossa Fundação procura potencializar o que escolas do campo já têm, respeitando sua natureza e diversidade e oferecendo instrumentos para incrementar a ação de seus educadores. Assim, visando a apoiar e inspirar práticas de educadores que atuam na realidade do multisseriamento, a **Coleção Classes Multisseriadas em Escolas do Campo** foi idealizada pela Fundação Telefônica Vivo e realizada, coletivamente, com apoio do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP).

Esta coleção traz questões específicas de sala de aula e é composta por seis cadernos: 1. **Entendendo suas origens** apresenta histórico da educação escolar em contextos rurais. 2. **Projetos de pesquisa** sugere diálogo entre organização de conteúdo e pesquisa em sala de aula. 3. **Leitura e escrita** traz experiências de como transformar estudantes em leitores e produtores de texto. 4. **Gestão da sala de aula** estimula a organização de atividades em classes multisseriadas. 5. **Jogos e brincadeiras** propõe trabalhar o jogo como forma de vivência da infância. 6. **Matemática** estimula atitude de interesse e inquietação frente ao conhecimento da disciplina.

Além de conhecer os conteúdos oferecidos por esta coleção, convidamos você a fazer parte de nossa rede virtual de educadores, onde você poderá trocar e conhecer novas experiências. Acesse: www.fundacaotelefonica.org.br/escolasrurais

Desejamos uma inspiradora leitura!

Gabriella Bighetti
Diretora Presidente
Fundação Telefônica Vivo

Reis, Marlo dos

Entendendo suas origens / Marlo dos Reis. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2015.
(Coleção Classes Multisseriadas em Escolas do Campo; v.1)

ISBN 978-85-88988-32-3

ISBN Coleção 978-85-88988-31-6

Idealização: Fundação Telefônica Vivo

Realização: Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP)

1.Educação no campo 2.Projeto pedagógico – cenário educacional no campo 3. Escolas rurais – Brasil 4. Programa Escolas Rurais Conectadas I. Título II. Fundação Victor Civita III.Série

CDD- 370



Esta obra é licenciada com uma licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Apresentação

Por Marlo dos Reis

Neste caderno, vamos conhecer melhor a educação do campo, das águas e florestas: seus territórios, protagonistas e diferentes configurações em nossa realidade heterogênea.

O Brasil tem dimensões continentais e é marcado pela exuberância de suas características naturais, pela diversidade de sua população e pela riqueza de suas manifestações culturais.

O campo brasileiro é lugar de trabalho e moradia, construção de sentidos, valores, história e memória para milhões de brasileiros. O campo é, também, espaço de disputa entre diferentes modos de produção e reprodução da vida; nele, persistem heranças históricas do período colonial, como a escravidão, o latifúndio monocultor e o abandono do Estado. Sua formação histórica resulta, conseqüentemente, da luta dos povos indígenas, da luta dos povos africanos e da luta dos imigrantes por valores como o direito à terra, à cultura, à liberdade e ao trabalho digno no campo.

“A quem serve a educação
do campo, das águas
e florestas? A quem defende?
A quem se opõe? O que propõe
no cenário educacional?”

A educação do campo é um conceito recente no cenário pedagógico brasileiro e remete a essa história secular de luta pela vida, pela terra e pela liberdade dos povos do campo. Dessa forma, convidamos você a um olhar crítico e a uma busca sincera de resposta às seguintes questões: a quem serve a educação do campo, das águas e florestas? A quem defende? A quem se opõe? O que propõe no cenário educacional?

As próximas páginas e os demais cadernos propõem-se a auxiliá-lo nessa compreensão necessária sobre os olhares e discursos que compõem o passado e o presente da educação do campo, das águas e florestas brasileiras.


Escolas do campo, das águas e florestas: de onde viemos?

Todos sabemos que a sociedade brasileira foi formada por indígenas, europeus e africanos e que toda sociedade é construída historicamente como resultado de suas tensões e conflitos próprios.

Vamos olhar especificamente para o campo brasileiro, território onde vivem os que foram expropriados, apartados da terra como meio de produção da vida: os povos indígenas, os quilombolas, os sem terra, os extrativistas, os atingidos por barragens e tantos outros. Sabemos também que, de outro lado, o campo é lugar de grandes proprietários de terras, ou seja, os latifundiários, fazendeiros e grandes empresas rurais que usam a terra como mercadoria e meio de produção de bens.

Temos estudado e ensinado em nossas escolas que, desde a invasão dos europeus até os dias atuais, as pessoas expropriadas da posse da terra e da cidadania protagonizaram muitas lutas em busca de liberdade, soberania e direito de viver, trabalhar e produzir suas existências com dignidade e respeito.

Quando lutam coletivamente, os cidadãos brasileiros formam os movimentos sociais e protagonizam diversas mudanças sociais. Como exemplo, podemos lembrar as lutas contra o trabalho escravo, pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas, entre outras.



Para refletir

Na sala de aula, em nossas atividades cotidianas, a terra, o trabalho, a violência e tantos outros desafios enfrentados pela população rural podem fundamentar a aprendizagem dos conteúdos e disciplinas curriculares, bem como as festas, as colheitas, a religiosidade, os mitos e outras manifestações culturais. Que lutas você conhece dos povos do campo na sua região, no seu estado? E a tradição cultural?

Cada lugar tem suas demandas e desafios específicos. Dentre tantas lutas para garantir os direitos da população do campo no País, as últimas décadas viram surgir a luta pela educação que, juntamente com a luta pela terra, estão no centro das pautas por desenvolvimento e qualidade de vida para os trabalhadores e trabalhadoras.

Você já deve saber que no cenário educacional há uma enorme disparidade entre as condições encontradas no campo e nas cidades. Veja um quadro com algumas informações sobre as escolas do campo com uma ou duas salas, com base nos dados do Censo Escolar de 2013:

Panorama das Escolas do Campo com Classes Multisseriadas							
UF	Escolas	Professores	Estudantes	Sem Internet	Sem Computador	Sem Água	Sem Energia
AC	1.022	2.300	33.237	1.020	911	246	587
AL	1.028	2.904	55.475	1012	739	58	6
AM	2.949	5.481	89.611	2.940	2.718	164	1.447
AP	246	577	6.577	245	198	9	61
BA	7.867	14.056	245.219	7.762	6.271	1.155	1.183
CE	1.513	4.578	71.829	1.445	843	328	9
DF	5	14	165	5	-	-	-
ES	857	1.503	17.920	793	522	59	54
GO	170	262	3.191	164	107	1	17
MA	6.339	16.012	243.155	6.301	5.708	1.069	855
MG	1.907	3.746	38.095	1.870	1.382	32	27
MS	17	59	1.599	12	3	-	-
MT	283	616	9.329	261	205	21	77
PA	5.733	1.3743	217.865	5.716	5.057	1.127	2.351
PB	1.977	4.439	66.380	1.929	1.258	704	35
PE	3.254	6.499	113.165	3.227	2.622	1.074	201
PI	2.289	4908	68.024	2.275	1.861	372	328
PR	415	698	9.472	398	244	7	10
RJ	236	373	5.912	195	73	3	1
RN	932	2.120	32.308	921	645	61	17
RO	280	467	5.381	277	228	28	67
RR	343	825	9.012	338	319	16	161
RS	704	960	12.360	554	192	35	5
SC	586	1.105	12.058	481	303	7	3
SE	505	1.282	21.089	498	379	13	4
SP	476	1.179	13.051	440	280	-	1
TO	324	610	7784	319	249	2	56
TOTAL	42.257	91.316	1.409.263	41.398	33.317	6.591	7.563

Fonte: Censo 2013

Somos uma rede de mais de 70 mil unidades escolares cobrindo todo o território nacional, sendo 42 mil escolas do campo com apenas uma ou duas salas de aula e em 74% delas encontramos classes e salas multisseriadas. São pequenas escolas inseridas ou próximas das comunidades onde residem os educandos.

Nessas escolas, trabalham mais de 91 mil professores que ensinam 1 milhão e 400 mil estudantes em todos os estados brasileiros. A maioria desses estabelecimentos não conta com internet (41.398), nem computadores (33.317) e milhares ainda não têm acesso a energia elétrica (7.563) e água apropriada para o consumo humano (6.591).

Como os dados apresentam uma realidade muito dura, vamos procurar entender de onde vem essa situação, pois hoje sabemos que essa realidade foi construída historicamente por meio da presença desproporcional das políticas públicas nos territórios rurais, comparados aos urbanos.

Por essa razão, os movimentos sociais têm se empenhado para assegurar o ensino escolar como direito fundamental de todos os brasileiros, conforme consta na Constituição Federal de 1988.



Marcelo Issa

As escolas multisseriadas do País reúnem 1 milhão e 400 mil estudantes.



Para ir além

Veja a Constituição, na íntegra, acessando o site <http://www.planalto.gov.br> Observe que o documento afirma a responsabilidade do Estado em garantir o direito de todos à educação, tanto nos espaços rurais quanto urbanos.

Vamos avançar no entendimento dessa realidade na qual são produzidas as contradições e tensões do campo brasileiro. Podemos afirmar que as questões históricas que remetem ao processo de exclusão social não são trabalhadas de forma satisfatória em nossas salas de aula. Existe uma lacuna nos currículos de nosso país, reforçada pelos materiais didáticos e pela formação dos educadores.

Podemos partir de um exemplo bem concreto: a historiografia tradicional. Ao desconsiderar os avanços nas pesquisas acadêmicas, nas teorias críticas e na releitura dos documentos e fatos históricos, ela nega o debate historiográfico e a necessária desconstrução de conceitos e ideias como a do “descobrimento do Brasil”, por exemplo.



Reprodução

Desembarque de Cabral em Porto Seguro: obra de Oscar Pereira da Silva, de 1904.

O resultado é que as aulas a respeito da chegada dos portugueses, das sesmarias e da concentração da terra em mãos de latifundiários não são preparadas nem ministradas com um olhar crítico acerca da injustiça social e econômica. O Brasil ainda continua sendo “descoberto” nas escolas, os povos indígenas continuam apresentados como “primitivos”, “atrasados” e “indolentes” e os africanos continuam a ser vistos como escravizados porque “inferiores” aos europeus, o que reforça, em pleno século XXI, práticas de discriminação e racismo ainda cometidas sobre os afro-brasileiros e indígenas.



Para refletir

No seu cotidiano, você vivencia situações de exclusão e discriminação? Esses fatos têm relação com a história de seu território, do lugar em que você vive?

Nossas lutas e organizações coletivas

Quando resgatamos a história de nossa gente, todo o planejamento pedagógico precisa ser alterado, desde o currículo e o livro didático até a seleção da estratégia de aprendizagem.

Em nossas comunidades rurais, a família ocupa papel central na dimensão pedagógica. A investigação histórica revela que, desde a antiguidade e em todas as tradições e culturas, as primeiras formas de educação entre os seres humanos são gestadas no seio da família. Na economia camponesa, mesmo nos dias atuais, a sede da aprendizagem para a vida social e para o trabalho continua sendo o lar.



Marcelo Issa

Nas comunidades rurais, a família ocupa papel central na dimensão pedagógica.



Para ir além

Observe como os materiais didáticos apresentam as lutas do povo brasileiro diante de imposições e violências. Veja como são apresentados os indígenas que lutaram e lutam por suas terras, os negros que lutaram e lutam por sua liberdade e dignidade e os inúmeros movimentos populares de cunho emancipatório – como Canudos, Cabanos, Contestado e tantos outros – presentes em nossa formação histórica. São personagens que precisam ser resgatados e apresentados pedagogicamente com seu devido valor na construção de nossa sociedade brasileira.

É na convivência familiar que aprendizagens importantes como a língua materna, costumes, crenças, valores, tradições e demais elementos da cultura são transmitidos de geração em geração. Essa base familiar sedimenta uma cultura camponesa com um forte laço comunitário, fundamento para a organização de resistências coletivas aos problemas e dificuldades enfrentadas.



Para refletir

Você vivencia relações coletivas e comunitárias no entorno da escola? A família dos educandos participa ativamente da vida da escola do campo em que você trabalha?

Essa forte base comunitária favorece o planejamento participativo das atividades escolares. Abre-se uma rica possibilidade de novas pautas e conteúdos apropriados para potencializar a aprendizagem e a formação da identidade de nossos estudantes.

Avançando em nossa busca por respostas e melhor compreensão sobre as escolas do campo brasileiro, recordamos que a instituição escolar chega ao Brasil junto com os portugueses. O modelo instalado em nossas terras, desde o descobrimento até meados do século XX, realiza uma educação para a elite econômica e intelectual, em prejuízo direto e indiscriminado dos pobres, negros e índios.

Essa escola nasce valorizando a cultura urbana, para atender aos interesses econômicos e políticos do grupo hegemônico, selecionando conteúdos específicos e apresentando-os como sendo de validade universal, mesmo que diminuam ou depreciem os conhecimentos e a sabedoria dos povos tradicionais.

O nascimento da escola do campo, por sua vez, é localizado na sede das fazendas ou na casa do professor que ensinava as primeiras letras às crianças e adolescentes filhos dos trabalhadores, uma vez que os filhos dos fazendeiros iam estudar na cidade, nos colégios para a elite brasileira.



Na coleção

Veja o caderno sobre **Jogos e Brincadeiras**. Ele tem tópicos significativos sobre o brincar, a alegria e a festa que podem permear o cotidiano de nossas salas de aula. Também disponível on-line no site www.fundacaotelefonica.org.br

Essa escola do campo é organizada com uma única sala, com um único professor, ancorada no Método de Ensino Mútuo (Lancasteriano), pelo qual crianças e adolescentes de diferentes idades aprendiam a ler, escrever e calcular. Com o passar do tempo, essa escola é denominada unidocente (um único professor) e, mais recentemente, multisseriada (após a criação das séries na escola urbana, em 1920).



Marcelo Issa

Uma sala, um professor, múltiplas possibilidades.

Com essas características, surge a escola multisseriada no campo brasileiro. Ela não foi constituída como um espaço de autonomia e construção de conhecimentos próprios pelas populações do campo, mas possibilitou a estruturação da educação escolar em todo o território nacional, incluindo fazendas, vilas e povoados.

O ensino desenvolvido na educação rural, bem como as políticas educacionais e sociais para o campo, sempre privilegiou as demandas das cidades e dos cidadãos urbanos. A cidade é caracterizada como local da civilização, um exemplo a ser seguido, enquanto o campo é considerado o lugar do atraso, do tradicionalismo cultural, ou seja, uma realidade que precisa ser superada. Radicalizando essa visão, a cidade é apresentada como local de desenvolvimento e o rural, como local de atraso.



Para refletir

A escola nasce valorizando a cultura urbana, para atender aos interesses econômicos e políticos do grupo hegemônico.

Precisamos salientar que é nesse ponto específico que identificamos a resistência de muitos educadores, que se negam a reproduzir esses papéis sociais preestabelecidos e constroem outro jeito de ensinar e aprender, pautando-se na valorização dos povos do campo e em suas culturas e saberes.

Em nossas escolas do campo, nas especificidades de cada região brasileira, os educadores foram construindo estratégias pedagógicas centradas nas relações e interações entre os estudantes. Nas salas multisséries, a presença de crianças de diferentes idades proporciona ambiente rico para a troca de conhecimentos, a ajuda mútua e o desenvolvimento de atividades criativas em várias áreas da formação.

Essa resistência produziu, nas décadas de 1940 e 1950, forte agitação social contra a fome, a pobreza e o latifúndio. Em diversas regiões, surgiram as Ligas Camponesas e o movimento de base que enfrentaram os coronéis e suas oligarquias e pautaram a luta por reforma agrária, reforma educacional e demais direitos dos trabalhadores rurais.

No início dos anos 1960, do contato entre as teorias críticas e a luta camponesa surgiram dois elementos que merecem destaque: o Movimento de Educação de Base e a Pedagogia Libertadora, encabeçada pelo educador Paulo Freire.



Marcelo Issa

Nas salas multisséries, alunos de diferentes idades promovem rica troca de experiências.



Para ir além

O método de alfabetização de adultos idealizado e efetivado por Freire é antecedente histórico da Educação do Campo. Esse método apresenta-se em contraposição à educação rural praticada em nosso país, autoritária e impositiva. Paulo Freire propõe a educação como uma ação que se constrói sobre a autonomia do sujeito e parte de sua realidade e visão de mundo para sua alfabetização. Freire é um autor muito querido dos educadores no mundo inteiro, pois tratava do ensinar e aprender com alegria, boniteza, na busca comprometida e corajosa de crescimento de todos os envolvidos, professores e estudantes, família e comunidade escolar. No site <http://acervo.paulofreire.org> estão disponíveis vários livros do educador

Nossas conquistas e direitos

Vamos percebendo como a escola surge e se afirma no cenário do campo brasileiro, as tensões e contradições de cada momento histórico. Vamos apresentar, a seguir, as conquistas e direitos que brotaram da luta de muitos brasileiros anônimos de nossa história.

A luta pela terra e por uma sociedade de direitos no campo brasileiro tem dois marcos históricos importantes: a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1964.



Para ir além

Leia esses documentos, na íntegra: *Lei de Terras de 1850* e *Estatuto da Terra de 1964* em <http://www.planalto.gov.br>

Por meio das capitanias hereditárias e sesmarias, a posse da terra ocorreu de maneira violenta, com a expulsão dos povos indígenas que sempre ocuparam essas áreas. Depois da Lei de Terras de 1850, apenas a compra da terra daria acesso ao título de posse, ou seja, apenas os ricos poderiam ser donos da terra. Dessa forma, a lei aprisionou a terra ao capital e impossibilitou o acesso a indígenas, ex-escravos ou imigrantes pobres.

Num passado mais recente, o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 1964, pretendia regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais no estado militar recém-instalado e barrar as mudanças sociais e políticas no Brasil. Nesse cenário de negação de direitos e cidadania, a aprovação do Estatuto, no início do governo militar, foi uma estratégia para conter as pressões sociais que ocorriam no Brasil desde 1950.



A escola deve valorizar a identidade e as lutas sociais da comunidade que a constitui.

istock.com/rsfatt

Por outro lado, essa lei traz uma importante contribuição ao direito do trabalhador: a afirmação da função social da terra, o que abriu espaço para a continuidade da luta pela reforma agrária e possibilitou, mais tarde, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, importante instrumento de luta da classe trabalhadora rural na atualidade.

O início de 1960 representa o acúmulo de décadas de luta e organização dos trabalhadores que buscavam reformas estruturais da sociedade brasileira, mas foram frustrados por violenta ditadura militar que, a partir de 1964, prendeu, torturou, matou e expulsou do país toda uma geração de lideranças progressistas, dentre estudantes, professores, sindicalistas, políticos, religiosos, intelectuais e representantes de inúmeras categorias sociais.



Para ir além

Acesse o site da Comissão Nacional da Verdade, que está apurando violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro, <http://www.cnv.gov.br>, e o site do projeto Brasil: Nunca Mais Digital, do Ministério Público Federal, que traz documentos, vídeos e fotos do período da ditadura militar: <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

Sabemos que o povo brasileiro é um povo lutador e é da luta contra a repressão e o latifúndio que a sociedade brasileira vence a ditadura, retoma a democracia e promulga a Constituição de 1988, reconhecidamente pautada nos direitos sociais para todos os cidadãos brasileiros.

É nos anos 1990 que chegamos ao momento crucial da educação do campo. As ocupações de terras improdutivas e o assentamento de milhares de famílias rurais sem terra criam um cenário propício para o enfrentamento e a superação dos problemas no setor: ao mesmo tempo em que se intensifica a necessidade de construção de escolas para os trabalhadores que retomam a terra, constata-se um quadro de baixa escolaridade e altos índices de analfabetismo no campo.



Para refletir

Você sabe quando sua escola foi criada, em que momento histórico? Você conhece líderes de movimentos sociais de sua região? Você já desenvolveu aulas sobre essas lutas e conquistas com seus educandos?



Na coleção

A respeito da pesquisa sobre a história de sua comunidade, veja a atividade proposta no caderno **Projetos de pesquisa**. Também disponível on-line no site www.fundacaotelefonica.org.br

Junto a essas conquistas de acesso à terra e construção de escolas dentro dos assentamentos da reforma agrária, os trabalhadores do campo brasileiro tiveram muitas outras vitórias desde 1990.

Para atender às demandas pela capacitação dos professores que atuam nas escolas do campo, uma grande conquista foi a criação do Pronera, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que possibilitou acesso dos educadores que trabalham nos assentamentos à formação superior. Veja outras vitórias:

Marcos históricos da educação do campo



O Movimento Nacional da Educação do Campo também foi resultado da articulação de entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, universidades, pastorais, professores e gestores de todos os níveis. A partir desse movimento, foram realizados importantes encontros, como o I Enera, Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, realizado em Brasília, em 1997, e a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, ocorrida em Luziânia, Distrito Federal.

Para ir além

Veja o manual que orienta a operação do Pronera, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, no site <http://www.incra.gov.br>

Nesses eventos nacionais, foi denunciada a situação de abandono em que as populações assentadas se encontravam no tocante às políticas educacionais e somaram-se forças para a luta por uma "educação básica do campo", por meio da ação política de lideranças comprometidas com a educação em todos os níveis. Torna-se cada vez maior a compreensão de que a população das áreas rurais deve ser atendida por políticas que garantam seu direito a uma educação "no" e "do" campo, ou seja, com escolas nas comunidades onde moram os estudantes e com uma educação que respeite suas características e diversidade.

Marcelo Issa



Os movimentos sociais lutaram pela organização da escola do campo.

Em 2004, foi dado um passo além, com a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, que, além da denúncia de problemas, trouxe propostas de estruturação. E, em 2010, nova conquista: a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo, o Fonec.

Em 2011, o Fonec e o MST lançaram, em nível nacional, a campanha "Fechar Escola é Crime", com o objetivo de denunciar uma grave situação revelada pelo Censo Escolar do INEP: em 2002, existiam 107.432 escolas no território rural, e em 2011, esse número reduziu-se para 76.229, o que significa o fechamento de 31.203 escolas no meio rural.



Para ir além

Veja o manifesto do I Enera, Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, em <http://www.mst.org.br>; o documento com os compromissos e desafios da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em <http://www.gepec.ufscar.br> e a declaração final da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo em <http://www.red-ler.org>

Nossos desafios e compromissos

As lutas organizadas no campo brasileiro alcançaram muitas conquistas nas últimas décadas. Vencemos a ditadura militar, retomamos a sociedade de direitos e aprovamos uma Constituição altamente progressista em 1988.

Sobre a educação, a Carta Magna define os princípios da gratuidade do ensino público, da gestão democrática e da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Também garante a liberdade de aprender e ensinar em um ambiente no qual floresça o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Cabe ao Estado garantir o direito de todos os brasileiros à educação.

Ainda há muito a caminhar. Mas os documentos que você conhecerá a seguir abrem espaço para uma virada histórica no campo educacional brasileiro, no sentido da universalização do direito à educação em todo o território nacional.



Na coleção

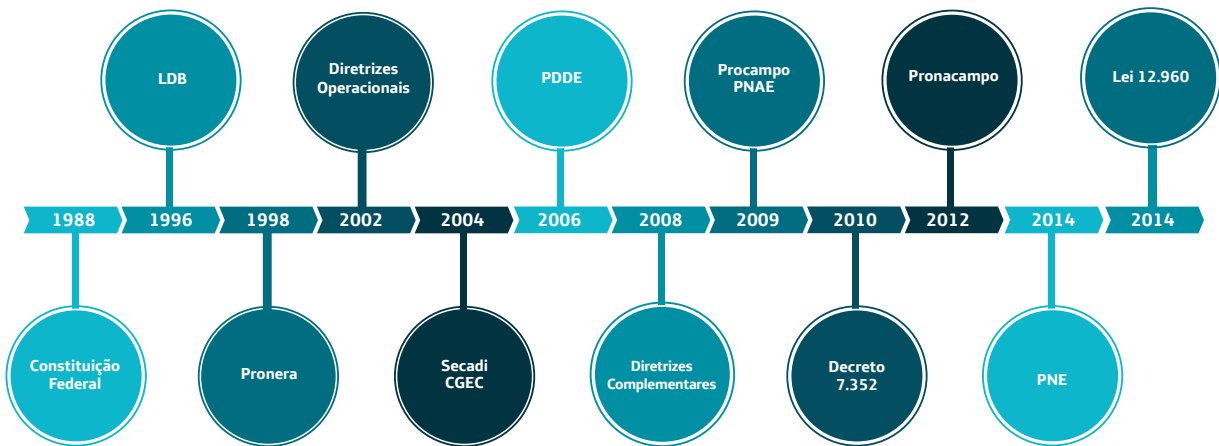
O seu planejamento e atividades curriculares contemplam a diversidade de sua comunidade escolar? O cotidiano da escola dialoga com o universo de nossos estudantes? Confira o caderno **Leitura e escrita** dessa coleção e veja como motivar os educandos a pesquisar animais, plantas e outras características ambientais do local onde se situa a escola. Também disponível on-line no site www.fundacaotelefonica.org.br



Marcelo Issa

A Constituição garantiu o direito de todos à educação. Mas ainda há muito a caminhar.

Marcos legais da educação do campo



LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Pronera: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola.
Pronacampo: Programa Nacional de Educação no Campo.
PNE: Plano Nacional de Educação.

Para regularizar a Constituição Federal no tocante à educação, em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (Lei nº 9.394/96), que amplia os preceitos constitucionais, determinando que o ensino observe os princípios de respeito à liberdade e apreço à tolerância, valorização da experiência extraescolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Essa Lei veio ao encontro das lutas dos povos do campo, ao enfatizar a valorização dos processos de aprendizagem dos estudantes e a especificidade do meio em que vivem. A Lei oferece os fundamentos necessários para a adaptação do ensino às peculiaridades da vida rural de cada região, garantindo que os conteúdos, metodologias, organização escolar e até o calendário sejam apropriados às reais necessidades e interesses dos estudantes, bem como às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Desde essas conquistas, muitas escolas do campo brasileiro têm reinventado sua maneira de ser e de se organizar, realizando atividades que alcançam os estudantes em sua própria cultura, seu modo de ser e viver, suas origens e raízes, abrindo as portas da sala de aula para um amplo espaço de aprendizagens e descobertas.



Para ir além

O PNE define as bases da política educacional brasileira para os próximos dez anos e pode ser encontrado em <http://pne.mec.gov.br>

Outra conquista significativa da educação do campo são as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução 1/2002), que estabelecem a identidade da escola do campo, vinculando-a ao tempo, espaço, recursos e saberes próprios dos estudantes e dos grupos comunitários nos quais elas se inserem.



Marcelo Issa

Integração necessária: a sala de aula abre-se para a comunidade.

Partindo dessa legislação, novas questões são postas às escolas do campo brasileiro e novos atores são chamados ao protagonismo no planejamento escolar. Os estudantes e suas famílias, suas associações e movimentos sociais são chamados para dentro da sala de aula, para estabelecer novas leituras e interpretações de nossa realidade, apontando alternativas carregadas de humanidade e esperança, num futuro a ser construído por homens e mulheres camponeses.



Para ir além

Veja na íntegra:

Lei de Diretrizes e Bases em <http://www.planalto.gov.br>
Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em <http://www.dominiopublico.gov.br>
Lei 11.947/2006, do Programa Dinheiro Direto na Escola em <http://www.planalto.gov.br>



Para ir além

Uma conquista institucional importante para a garantia dos direitos à educação nas áreas rurais foi a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Secadi (para acessar o site da Secadi, digite: <http://migre.me/qAP8C>), e da CGEC, Coordenação Geral de Educação do Campo, ambos em 2004. Esses órgãos abriram um canal direto entre os povos do campo e o Ministério da Educação, MEC.

O texto das Diretrizes ancora a escola do campo no compromisso com a interpretação da realidade e na construção de conhecimentos que sustentem um novo desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável, garantindo melhoria de qualidade de vida dos que habitam e sobrevivem no (e do) campo.

Outro passo importante para a estruturação da Educação do Campo foi a Lei 11.947/2006, do Programa Dinheiro Direto na Escola, que assegura as diretrizes da alimentação escolar por meio do uso de alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis. O programa também visa apoiar o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

Nessa direção, o Programa Nacional de Alimentação Escolar de 2009 investe na descentralização de gestão e radicalização democrática ao garantir a representação da comunidade no processo de acompanhamento e tomada de decisão. A possibilidade da aquisição de alimentos produzidos no entorno das escolas pelos agricultores familiares, com prioridade às comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos compõe uma política pública que investe no desenvolvimento sustentável das comunidades.



Marcelo Issa

Programa de Alimentação Escolar: conquista importante para o desenvolvimento das comunidades.



Para refletir

A merenda escolar já oferece gêneros adquiridos no entorno da sua escola, conforme propõe a legislação? Seu município tem organizado esse serviço junto aos movimentos sociais de sua região?

A mesa farta é a mais bela expressão da festa de solidariedade e partilha em nossas comunidades. Os educandos comendo os frutos do trabalho de suas famílias na merenda escolar e o Estado garantindo renda e cidadania para esses trabalhadores é uma grande conquista de nossas lutas, você não acha?

Outras duas vitórias da educação do campo, que apresentamos com entusiasmo, são as Diretrizes Complementares (Resolução 2/2008 e o Decreto 7.352/2010). Esses marcos legais estabelecem diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica e definem os povos do campo como sendo as populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.



Marcelo Issa

Solidariedade e partilha também se aprende na escola.

Essas leis procuram garantir o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracionais e étnicos, por meio do incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo. O objetivo é fortalecer as unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social economicamente justo e ambientalmente sustentável, em relação com o mundo do trabalho.

Implementar essas vitórias e conquistas em cada escola do campo brasileiro implica o conhecimento dessa caminhada histórica, o envolvimento de todos os protagonistas de cada território e o compromisso de todos e de cada um.

Muitas de nossas escolas possuem apenas um professor que acumula atividades de limpeza, preparo da merenda, cuidado com a saúde dos educandos e toda a vida funcional e burocrática da escola. A maioria desses profissionais é contratada sem estabilidade nem remuneração condizente. É uma experiência solitária e penosa, fonte de indignação e luta organizada.



Marcelo Issa

No fortalecimento da escola do campo, a semente da transformação social.



Para ir além

Veja na íntegra as Diretrizes Complementares - Resolução 2/2008 em <http://portal.mec.gov.br> e o Decreto 7.352/2010 em <http://www.planalto.gov.br>

Temos o compromisso de ampliar as parcerias e continuar na luta para concretizar um espaço de trabalho adequado em todas as nossas escolas e um ambiente digno e apropriado à importância da educação e à função social do professor.

Sabemos, porém, que os educadores do campo são os protagonistas dessa missão. Eles são os profissionais que podem conhecer a realidade e a família de cada um dos estudantes e, assim, estimular a busca coletiva de soluções, de forma a modificar qualitativamente a vida das comunidades.

Desde 2012, a partir do lançamento do Pronacampo – que mescla o fortalecimento e ampliação de programas existentes com o ineditismo de diversas ações, como o Programa Mais Educação –, o MEC e as redes estaduais e municipais oferecem um decisivo apoio para quem busca romper o isolamento de nossas escolas do campo e estabelecer intercâmbios entre os educadores, por meio de atividades de formação e incremento das rotinas pedagógicas.

A aprovação da lei que altera a LDB para dificultar o fechamento das escolas do campo, exigindo dos gestores a consulta da comunidade e a aprovação do respectivo Conselho de Educação para a alteração no



Marcelo Issa

O educador do campo conhece a realidade e a família de cada um dos estudantes.



Para ir além

Conheça o Pronacampo no site <http://pronacampo.mec.gov.br> e o Programa Mais Educação no site <http://portal.mec.gov.br>

Os educadores são os protagonistas na busca de soluções para a educação do campo.

atendimento da rede, também estabeleceu quatro linhas de apoio – Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional –, além de apoio a melhorias na infraestrutura física e tecnológica das escolas.

O *PNLD Campo* (Programa Nacional do Livro Didático) foi a primeira coleção de livros didáticos específicos para os estudantes do campo. Ela parte de sua realidade e contempla toda a legislação vigente, desde seu edital até o trabalho dos autores e editoras, para fazer chegar à escola do campo um material que valorize e respeite suas especificidades e culturas.



Marcelo Issa

Conquista: o PNLD Campo foi a primeira coleção de livros específicos para estudantes de áreas rurais.

Conclusão

Os avanços da legislação brasileira garantem o respeito à diversidade cultural, social e geográfica do espaço escolar. Lutadores anônimos são, agora, sujeitos de direitos. Roceiros, colonos, meeiros e posseiros que nunca tinham conseguido estudar; pescadores e ribeirinhos que viajam muitas horas em seus rios para chegar até as escolas; descendentes de quilombos que hoje gozam da posse de suas terras podem ter, agora, uma escola que os acolhe e respeita. Contudo, a concretização desses direitos – agora, reconhecidos como marcos legais – depende, sobretudo, do comprometimento de professores, gestores, pesquisadores e demais lideranças.



Marcelo Issa

Somos a primeira geração de brasileiros a viver três décadas seguidas de liberdade democrática e construção de políticas públicas inclusivas e participativas.

Somos mais de 70 mil escolas, milhares de educadores e milhões de estudantes. Somos multiclasse, multisséries e multi-idades. Somos território de diálogo, troca e potencial criativo. Somos campo, somos águas e somos florestas. Somos cerrado, somos semiárido e somos serranos. Somos diversos. Somos brasileiros.

Que estes cadernos sejam uma força e um caminho para o trabalho diário de muitos educadores e educadoras das escolas do campo brasileiro, como você!

Bibliografia consultada

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. e FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, 2011.

BRANDÃO, C. R. Casa de escola: cultura camponesa e educação rural. Campinas: Papirus, 1984.

CALDART, R. S. Educação em movimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENGUITA, M. F. Do lar à fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas. In: _____. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNANDES, B. M. MST: Formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAGE, S. M. Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: _____. (Org.). Educação do Campo na Amazônia: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2005.

MÉSZAROS, I. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, M.C. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MUNARIM, A. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M.C. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Bibliografia consultada

PALUDO, C. Movimentos sociais e educação. In: RABELO et al (Org.). Vivências e práticas pedagógicas: sistematizando a turma Antônio Gramsci. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008.

RIBEIRO, M. Educação do campo: a emergência de contradições. Brasília, Líber Livro, 2007.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, M. S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA. M.C. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Biblioteca digital questão agrária brasileira (www.mst.org.br)

Domínio Público (www.dominiopublico.gov.br)

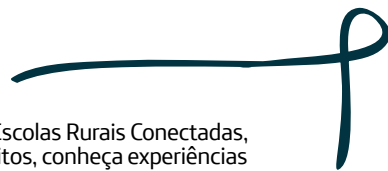
Dicionário da Educação do Campo (<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>)

Educação do Campo – publicações - (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14664%3Aeducacao-no-campo-publicacoes&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913)



Para ir além

Acesse a plataforma do Escolas Rurais Conectadas, participe de cursos gratuitos, conheça experiências e contate outros educadores:
www.fundacaotelefonica.org.br/escolasrurais



Telefônica

vivo

Esta coleção é uma das iniciativas do Programa Escolas Rurais Conectadas. Faça parte da rede de educadores do Programa. Você poderá compartilhar ideias, conhecer novas experiências, e encontrar oportunidades de formação gratuitas.

Acesse: www.fundacaotelefonica.org.br/escolasrurais

Fundação Telefônica

www.fundacaotelefonica.org.br/escolasrurais